

Desafios do Ensino Superior na transição de Governo

► **Os sócio-diretores da Lobo & Associados Consultoria, professores Roberto Lobo e Maria Beatriz Lobo, analisam os cenários para o Ensino Superior do Brasil no futuro governo Luiz Inácio Lula da Silva, a partir da realidade do setor após os oito anos do governo Fernando Henrique Cardoso**

Terceiro Grau – Qual avaliação que se pode fazer do Programa de Governo do PT para a educação?

ROBERTO LOBO – Pelo que já se viu, inclusive pelo exemplo de outros governos do Partido dos Trabalhadores, o Governo Lula terá uma grande preocupação com o ensino básico. O novo presidente vai querer, certamente, reforçar a área pública em todos os níveis. No caso do Ensino Superior, como as vagas públicas não suprem, nem de longe, toda a demanda, acho que ele vai se preocupar muito em tentar ajudar o aluno carente matriculado no ensino privado. Por isso, o compromisso anunciado de chegar próximo dos 400 mil empréstimos no crédito educativo, o que representa um crescimento considerável em relação à política atual. Acredito, também, que haverá uma preocupação em ajudar o aluno carente em sua manutenção, o que não acontece com o atual programa de crédito educativo, que só cobre mensalidades. Nesse caso, poderiam ser beneficiadas estudantes tanto das instituições privadas quanto das públicas.

TG – Como as universidades públicas ficarão no novo governo?

RL – O Governo Lula deve solicitar das universidades públicas, principalmente das federais, uma participação maior na interação com a comunidade. Deve pedir a elas ajuda nas políticas sociais locais, treinamento de professores, atendimento à população, projetos de urbanização, projetos de saneamento, além de um aumento significativo na oferta de vagas para cursos noturnos. Existe a promessa e, com certeza, a intenção de incluir as universidades públicas no programa de desenvolvimento nacional.

TG – E as instituições privadas, nesse quadro?

RL – Eu acho que o presidente Lula vai se preocupar, inicialmente, com as universidades públicas. Sobre as IES privadas, creio que, por enquanto, ele não vai alterar a política governamental. Na verdade, acredito que, até o momento, o Governo Lula não possui um projeto claro para as IES privadas. Pode ser que haja pressões dentro do próprio Partido dos Trabalhadores, que surjam medidas res-

tritivas à criação de novos cursos no setor particular. Pode ser, ainda, que haja um certo “congelamento” de cursos e oferta de vagas no setor privado. Aí, sim, poderá haver um certo choque, porque o crescimento nesse setor do ensino está sendo grande, mais ou menos 12% ao ano.

TG – Não há um crescimento exagerado hoje?

RL – Nós não temos indícios de que haja crescimento exagerado globalmente, porque, se em alguns anos pode haver queda da demanda em relação à oferta de vagas, em média, o sistema ainda não está saturado. A procura e a oferta, como um todo, estão equilibradas nos últimos cinco anos.

MARIA BEATRIZ

TRIZ – Sabemos que o mantenedor não sente assim, porque, em algumas regiões, as IES estão abrindo vagas, mas não há alunos para preenchê-las. A concorrência está aumentando, as vagas ociosas também. Para manter o número global de alunos, as IES estão criando cursos e expandindo aqueles que tinham procura. Mas todo mundo abre vaga na mesma área, todos querem oferecer Direito, Pedagogia, Letras. Como todo mundo só abre vagas nas mesmas áreas, é claro que esses cursos acabam se saturando.

RL – A Engenharia tem pouca oferta, como outros cursos de uma série de áreas importantes, estratégicas, porque são as que exigem mais investimento, as mensalidades são conseqüentemente mais altas e o estudante não considera o investimento compensador, no momento. Talvez fosse necessária uma medida governamental para valorizar esses cursos. Há IES que tem medo de correr risco de investir e depois não ter demanda. No Brasil, o número de alunos formados no ensino médio ainda abastece o sistema razoavelmente, mas, se uma instituição pretende ter um atendimento regional, é preciso imaginar a oferta de candidatos possível num raio de 100 quilômetros, para dimensionar com realismo suas vagas.

MB – Havia uma concentração grande de alunos em poucas instituições. Ao analisar os dados de crescimento do número global de matrículas, observa-se que ele está acompanhando as ofertas também. No entanto, ao se comparar o número de alunos por instituição, verifica-se que ele caiu quase 20% nos últimos seis anos.

TG – O que esses indicadores sinalizam?

RL – Isso quer dizer que há mais instituições pequenas aparecendo no mercado, algumas com um importante diferencial. A qualidade dos cursos novos, em geral, não é pior do que a dos antigos. Exceto no caso de instituições como a USP, consideradas top, as novas instituições têm desempenho, em média, tão bom ou melhor do que as antigas.

Para manter o número global de alunos, as IES estão criando cursos e expandindo aqueles que tinham procura. Mas todo mundo abre vaga na mesma área

Maria Beatriz Lobo

TG – Então, o maior problema das IES privadas pode não ser o controle pelo MEC?

MB – Quando iniciamos a atuação na Lobo & Associados, três anos atrás, ainda havia grande preocupação em atender exigências do MEC. Tudo era porque o MEC pediu e queria assim, na hora de avaliação, planejamento e análise sobre o “Provão”. Curiosamente, há um bom tempo, quem nos procura sequer fala no MEC. Está, sim, preocupado com a concorrência no seu calcanhar, com a perda de alunos, com a melhor utilização de sua estrutura, com a necessidade de reduzir custos e com a qualidade de seus cursos. É a regulação pelo mercado!

MB – Não se sabe ao certo qual o futuro do “Provão”. O novo governo não disse o que vai acontecer em relação à expansão das instituições ou com quem não tem qualidade. A grande preocupação é com os métodos de avaliação dos cursos. Provavelmente a opinião pública não vai aceitar que tudo volte a ser como era, somente o governo avaliando com seus quesitos internos, sem transparência. Depois de tanto tempo de informação, não é razoável aceitar que se acabe com qualquer tipo de regulação, de análise dos formados, do conhecimento dessa ou daquela faculdade. Algumas universidades públicas também querem acabar com o Provão, mas a população, em geral, e a imprensa têm entendido que ele foi um avanço. Só quem não tem medo nessa mudança de cenários é quem trabalha com qualidade. Nós sempre dizíamos: já que precisa ser feito, faça bem feito!

TG – Quais são os principais problemas, hoje, das IES privadas?

MB – O primeiro item é a questão da



Roberto Lobo e Maria Beatriz, diretores da Lobo & Associados, abordam aspectos relacionados com o Ensino Superior durante a fase de transição do Governo Fernando Henrique para o de Lula

de uma IES privada nesse cenário de incertezas?

RL – Quem tem competência se estabelece. Competência, produto diferenciado e bom mercado. Quem está numa região boa ou tem qualidade para atrair alunos melhores, com maiores condições financeiras, sabe gerir, tem controle eficiente de custos e projetos para captar receitas. Os que não conseguem reunir essas qualidades ou terão de desistir, buscar uma fusão ou, até, um parceiro externo.

concorrência e a conseqüente necessidade de adequação de custos. Para se adequar ao mercado competitivo, as IES tiveram de crescer para evitar a chegada da concorrência; necessitaram aumentar o volume de alunos e crescer fisicamente. Hoje estão perdendo o controle, pois não planejaram o crescimento, não adaptaram sua estrutura, não têm um bom banco de dados gerenciais, não sabem usar indicadores e informações, não desenvolveram o gerenciamento que o setor privado empresarial costuma ter.

TG – Qual a alternativa que se oferece para essas IES?

MB – Essas IES precisam usar as ferramentas gerenciais apropriadas e gerir um negócio com as dificuldades que ele normalmente tem, sair da visão de monopólio e entrar na visão de mercado e, conseqüentemente, a partir de sua missão, pensar na relação custo/benefício das suas atividades, dos seus procedimentos, saber enxugar gastos, saber adequar o produto ao que o cliente quer, ser mais empresário, na verdade, e, ao mesmo tempo, entender mais de educação, ser mais voltado a melhorar a qualidade acadêmica e o atendimento. Outra grande dificuldade é entender de áreas, como a pesquisa, em que eles nunca haviam trabalhado antes, devido às atuais exigências da legislação.

RL – Antigamente as pessoas tinham uma visão de educação que vinha normalmente do ensino fundamental, médio, do colégio que virou faculdade. A partir daí, montava-se um programa de educação como se achava que deveria ser o Ensino Superior. Como aquela IES não tinha muita concorrência, montava o projeto que queria. Sobre os custos, bastava ver quanto gastava e dobrar o valor, para calcular o que era desejável ter como receita. Daí decorria a mensalidade. Só que hoje isso não pode mais ser feito, por várias razões. Primeiro, porque o aluno não tem como pagar, já que, em geral, é pobre. Segundo, a concorrência também estabelece o preço. Hoje a mensalidade é calculada a partir da concorrência e do poder aquisitivo do aluno, e, por isso, a IES tem de baixar os custos fazendo um bom gerenciamento e até financiar os próprios alunos. Essa é a mudança que vai ter de ocorrer no Brasil. Isso aconteceu nos Estados Unidos, duas décadas atrás.

TG – Como isso aconteceu lá?

RL – Eles passaram a fazer avaliações, a ter um programa de gerenciamento muito mais estreito, banco de indicadores para saber se estavam gastando adequadamente, incentivos à captação de receitas, combate à evasão e à inadimplência, levantamento de custo de cursos, em cada área, custo de cada professor em relação ao gasto institucional global.

TG – De que maneira a Consultoria pode ajudar nessas mais diferentes realidades?

RL – Com sua experiência e sua capacidade de buscar exemplos bem-sucedidos. Nós temos notícias de instituições que, na necessidade de cortar custos, analisaram mal seus orçamentos e aceitaram sugestões de corte que são muito primárias, prejudiciais à qualidade de ensino e saber enxugar gastos, saber adequar o produto ao que o cliente quer, ser mais empresário, na verdade, e, ao mesmo tempo, entender mais de educação, ser mais voltado a melhorar a qualidade acadêmica e o atendimento. Outra grande dificuldade é entender de áreas, como a pesquisa, em que eles nunca haviam trabalhado antes, devido às atuais exigências da legislação.

por cabeça no setor privado. Ele é horrida e recebe por aula dada, enquanto no setor público ele tem contrato em tempo parcial ou integral. O mais importante é analisar a quantidade de aulas pagas em relação àquelas recebidas pelos alunos. Por isso, é necessário procurar soluções mais criativas, que agreguem turmas, que mudem currículos, desnecessariamente longos, com disciplinas que poderiam ser comuns, economizando professores e espaço físico.

TG – Como saber onde a IES precisa melhorar?

RL – Todos devem ter indicadores mínimos, mesmo que a qualidade não seja medida somente dessa forma. Existem pré-condições que podem dizer se a IES está mal. Paralelamente, duas variáveis devem ser analisadas: o acompanhamento dos indicadores, sinais de alerta que mostram quando as coisas estão saindo do controle - isso no ponto de vista da estatística de dados - e uma avaliação constante do corpo docente,

dos cursos e dos processos administrativos, ouvindo-se alunos, professores e, sempre que possível, especialistas externos.

MB – Outro diferencial pode ser a mudança na forma das mantenedoras entenderem a IES, deixando de olhar somente para a área administrativa. O Brasil tem pouquíssimas pessoas que entendem de gestão universitária. Gestão não é uma área forte no Brasil, por isso você precisa procurar muito para encontrar gestores que sejam capazes de entender, ao mesmo tempo, de qualidade acadêmica, planejamento e gestão, que tenham liderança e entendam minimamente da viabilidade financeira. Esse gestor é muito difícil de se encontrar no mercado. Por isso, cada vez mais é preciso investir no treinamento dos gestores de cada IES. Nós temos dedicada especial atenção a esse aspecto, ensinando muito do que sabemos. Fazemos a nossa parte, não só como consultores, mas como educadores, na medida em que trabalhamos para melhorar a vida do aluno.

SESu recebe pesquisa e proposta sobre FIES

O professor Roberto Lobo, sócio-diretor da Lobo & Associados, entregou no dia 19 de novembro, em Brasília, ao professor Francisco César de Sá Barreto (foto), secretário de Ensino Superior (SESu), do Ministério da Educação, a pesquisa realizada pela Consultoria com IES privadas de todo o País e uma proposta para o Programa de Financiamento Estudantil (FIES), do Governo Federal.

No Seminário Nacional “A Gestão Financeira das IES”, diante das críticas e sugestões apresentadas pela platéia, ao final de sua exposição, Barreto solicitou que a Lobo & Associados coletasse as manifestações das IES presentes como subsídio para uma possível reformulação do FIES.

O pedido inicial foi ampliado levando à elaboração de um estudo completo sobre o Programa, a partir das orientações do secretário sobre as políticas que deveriam ser contempladas na nova proposta. Além da pesquisa, o documento entregue à SESu reúne o cenário nacional do Ensino Superior, a descrição do financiamento ao estudante em outros países, uma análise dos procedimentos e da legislação do atual FIES e propostas de alterações que atendem as diretrizes da SESu.



4

TERCEIRO GRAU

5

TERCEIRO GRAU